

Procurador apóia a ação popular contra edifícios junto ao parque

O Procurador da República Josias Alves enviou ao Juiz Federal da 8ª Vara do Estado do Rio de Janeiro o seu parecer a respeito da ação popular movida contra a construção de edifícios na área próxima ao Parque Laje. É o seguinte o texto do parecer:

«I — Conforme se vê pelo Parecer do Exmo. Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito, aprovado pelo Sr. Ministro da Fazenda, é evidente o interesse da União na causa, cumprindo destacar do citado Parecer o seguinte tópico: «14 — Cabe notar, porém, que a Direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, agindo em nome da União e atenta ao objetivo de preservação do Parque Laje, indicado no decreto federal de desapropriação, já solicitou providências ao IBDF, no sentido da sustação da obra vizinha ao imóvel e que lhe é prejudicial.

«II — Requerendo, pois, a juntada do Ofício da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro do despacho do Sr. Ministro da Fazenda e do Ofício (Aviso) enviado pelo mesmo Sr. Ministro ao Governador do Estado, a União Federal vem declarar o seu interesse na causa, esperando a procedência da presente ação popular».

Em documento anexo, o Procurador da República Josias Alves enviou ao Juiz Federal da 8ª Vara, cópia do parecer do Procurador-Geral da Fazenda, Cid Heráclito, aprovado pelo Ministro da Fazenda, em cujo artigo 8º lê-se o seguinte:

«Esse decreto (de desapropriação do Parque) inspirado nas razões de interesse público e baixado inclusive em atenção a solicitações do Estado e Município do Rio de Janeiro, não revoga e nem pretende revogar o decreto estadual que determinou a inscrição do Parque Laje no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do antigo Estado da Guanabara, inscrição essa que, de resto, no momento se compatibiliza plenamente com o objetivo de preservar o imóvel, indicado no decreto federal. Nem se apontou, data venia, razões constitucionais, legais ou doutrinárias que sustentem entendimento diverso.

No item 13 o Procurador-Geral adverte que «a demora na adoção das providências reclamadas pelo interesse público poderá acarretar, evidentemente, a irreversibilidade da obra questionada e danos irreparáveis ao Parque Laje, como o apontado pela Direção do Jardim Botânico».